



GT 69. Práticas, políticas e discursos no campo da saúde mental

Coordenador(es):

Érica Quinaglia Silva (UNB - Universidade de Brasília)

Sônia Weidner Maluf (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Sessão 1

Debatedor/a: Ana Paula Müller de Andrade (Universidade Estadual do Centro Oeste -UNICENTRO)

Este Grupo de Trabalho (GT) visa a reunir pesquisas que abordem práticas, políticas e discursos no campo da saúde mental. A proposta comporta, de um lado, abordagens das práticas de autoatenção e cuidado, itinerários, agenciamentos sociais, saberes locais e/ou tradicionais como estratégias de sujeitos e coletividades para vivenciar e agenciar o processo de saúde-adoecimento mental; e, de outro, políticas públicas e ações do Estado, processos de institucionalização e/ou desinstitucionalização, redes de atendimento, políticas pretensamente universais e seus mecanismos discricionários nos modos desiguais de distribuição de direitos, incluindo as mudanças na política nacional de saúde mental e de álcool e outras drogas desencadeadas desde 2016. Assim, etnografias do Estado e das políticas públicas, em serviços de saúde mental e instituições psiquiátricas, sobre itinerários, histórias de vida, práticas de usuários, familiares e profissionais da saúde são alguns temas previstos. Gênero e sexualidade, raça, classe, etnia, geração e deficiência são alguns dos marcadores sociais que serão considerados nas discussões do GT. A intenção é proporcionar a interlocução entre trabalhos que apresentem reflexões baseadas em pesquisas e/ou experiências que contribuam para a ampliação da compreensão das questões atinentes aos processos de sofrimento, aflição, perturbação e/ou adoecimento no campo em questão, suas práticas, políticas e discursos a partir de um olhar antropológico.

Agentes de Saúde Popular no âmbito da saúde mental: notas preliminares sobre a articulação de saberes e ofícios.

Autoria: Ana Paula Müller de Andrade (Universidade Estadual do Centro Oeste -UNICENTRO)

O campo da saúde mental é plural, polissêmico e comporta diferentes modelos interpretativos que guardam diferentes concepções acerca do sujeito, do sofrimento, da subjetividade e apresentam fronteiras tênues e porosas. São modelos que convivem, dialogam, se visibilizam, são reconhecidos ou não, dependendo dos contextos em que se constituem. Este work tem como objetivo discutir os discursos e práticas produzidos por mulheres denominadas pelo poder público como ?agentes de saúde popular?, bem como os efeitos do reconhecimento e legitimação de seus saberes e ofícios tradicionais de cura para o campo da saúde mental nas cidades de Rebouças, São João do Triunfo e Irati - PR. O termo ?Detentores de Ofícios Tradicionais de Cura? foi incorporado da terminologia de reconhecimento patrimonial imaterial, principalmente das discussões ligadas ao Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional - IPHAN. As discussões apresentadas aqui dizem respeito a análise de documentos públicos relacionados ao reconhecimento dos conhecimentos produzidos pelas/os integrantes do movimento social denominado Movimento Aprendizes da Sabedoria e de aproximações com algumas integrantes do movimento para a construção conjunta de um projeto de pesquisa. A análise dos mesmos demonstrou a relevância do reconhecimento institucional e comunitário para a constituição e sustentação de discursos e práticas de saúde popular construídas e praticadas especialmente por mulheres, reconhecidas neste contexto como detentoras de saberes e ofícios tradicionais e populares de cura. Os saberes e ofícios tradicionais de cura compõe um campo de possibilidades de interpretação dos processos de saúde, adoecimento, cuidado e cura que, ao serem articulados com outros



saberes, podem indicar a possibilidade de ampliação dos modos de produzir saúde mental. Como indicam os documentos, no âmbito das disputas pela hegemonia no campo da saúde mental, o reconhecimento institucional e comunitário das detentoras de saberes e ofícios tradicionais de cura permite uma aproximação entre diferentes saberes e garante, em certa medida, maior visibilidade e legitimidade às práticas e discursos construídos por elas. Por fim, tais práticas e discursos encontram ressonância em políticas públicas tais como a da saúde, saúde mental bem como aquelas relacionadas às práticas integrativas e complementares no âmbito do sistema único de saúde.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: